



# MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

## PORTAL DO SUDOESTE

Praça Getúlio Vargas, n.º. 71, Centro, Clevelândia-Paraná  
Cx. Postal n.º. 61, CEP, 85.530-000 - Fone/Fax: (046) 3252-8000

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 30/2023**

**PROCESSO LICITATORIO N.º. 51/2023**

**DATA DA REALIZAÇÃO: 02/06/2023**

**HORÁRIO DE INICIO DA DISPUTA: às 08:30 horas**

**LOCAL: Prefeitura do Município de Clevelândia-Paraná**

**[www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) “Acesso identificado”**

### **LOTES EXCLUSIVOS PARA AMPLA CONCORRÊNCIA**

O **MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA – PR**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 76.161.199/0001-00, sediado à Praça Getúlio Vargas, 71 – centro – Clevelândia Paraná, por intermédio da Excelentíssima Sra. Prefeita Municipal Rafaela Martins Losi torna público a realização de licitação, na modalidade de **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** objetivando **Contratação de empresa de prestação de serviços de seguro veicular para atender a frota municipal do município de Clevelândia Paraná, pelo período de 12 meses.** De acordo com as especificações previstas no Termo de Referência.

#### **DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

**Dia 02 de junho de 2023 às 08:30**

**UASG: 987509 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA/PR**

**Local da Sessão Pública: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)**

O certame será processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Federal n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 de agosto de 2014, e legislação complementar aplicável e, no que couber, na Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993.

#### **1. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA:**

1.1. O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

1.2. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá no dia 02 de junho 2023 às 08h30, no site [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), nos termos e condições descritas neste Edital.

#### **2. DO OBJETO:**

2.1. Constitui objeto deste **PREGÃO Contratação de empresa de prestação de serviços de seguro veicular para atender a frota municipal do município de Clevelândia Paraná, pelo período de 12 meses.**

2.2. O edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet, pelos endereços eletrônicos: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) e [www.clevelandia.pr.gov.br](http://www.clevelandia.pr.gov.br).



- 2.3. A licitação é composta por quatro lotes, conforme tabela do ANEXO I.
- 2.4. Em caso de **discordância** existente entre as especificações deste objeto descrito no **Compras Governamentais** e as especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão as **últimas**.
- 2.5. As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (46) 3252-8007, em caso de o telefone não estar disponível devido a problemas técnicos da operadora as informações deverão ser solicitadas através do e-mail [licitacao@clevelandia.pr.gov.br](mailto:licitacao@clevelandia.pr.gov.br).

### 3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA:

- 3.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas às especificações técnicas constantes do **Anexo I** e demais condições definidas neste Edital.
- 3.2. Será utilizado o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

### 4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

- 4.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 4.2. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro e protocolizadas em dias úteis, das 08h às 12h, na Praça Getúlio Vargas, 71, Setor de Protocolo, Centro, Clevelândia-PR, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: [licitacao@clevelandia.pr.gov.br](mailto:licitacao@clevelandia.pr.gov.br).
- 4.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo em até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 4.4. O pregoeiro deverá decidir sobre a impugnação antes da abertura do certame.
- 4.5. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO.
- 4.6. Os pedidos de **esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis anteriores** à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, endereçados exclusivamente ao e-mail: [licitacao@clevelandia.pr.gov.br](mailto:licitacao@clevelandia.pr.gov.br).
- 4.7. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 4.8. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 4.9. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.
- 4.10. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

### 5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

- 5.1. Poderão participar desta licitação empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com o Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento



Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 3, de 26 de abril de 2018.

5.2. O processo será para participação de ampla concorrência.

5.3. Informamos ainda que, de acordo com o Decreto n.º 60.459/67, com redação dada pelo Decreto n.º 93.871/86 só é permitida a contratação de seguro diretamente a empresas seguradoras. Estas por sua vez, são empresas constituídas sob a forma de sociedade anônima.

5.4. As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar do presente PREGÃO, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação de acordo com as orientações que seguem no link: [www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital](http://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital).

5.5. A regularidade do cadastramento do licitante será confirmada por meio de consulta ao Portal COMPRASNET, no ato da abertura do Pregão.

5.6. Aos interessados que se encontrem em recuperação judicial e extrajudicial, será aceita a participação desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente que, certifique que, a interessada está apta economicamente e financeiramente a participar de procedimentos licitatórios nos termos da Lei 8.666/93, conforme Acórdão do TCU n.º 1201/2020 e art. 52 II da Lei 11.101/2005.

5.7. Será vedada a participação de empresas:

5.7.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.7.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.7.3. Enquadradas nas disposições no artigo 9º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, ou ainda,

5.7.4. Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

5.8. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não”, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.8.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

5.8.2. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.8.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.8.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.8.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 2, de 16 de setembro de 2009.

5.8.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.8.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que



atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.8.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5.9. Na ausência da Declaração Unificada considera-se válida as Declarações devidamente preenchidas e dispostas no campo próprio do sistema eletrônico, sendo que a Declaração Unificada será solicitada como documento complementar.

## 6. DO CREDENCIAMENTO:

6.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória de Pregão, em sua forma eletrônica.

6.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## 7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.2. Serão consideradas inválidas as propostas e documentos de habilitação apresentadas por quaisquer outros meios.

7.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos deste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;



7.6. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.7. Os preços e os serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.8. Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, **descrevendo detalhadamente as características do objeto cotado em campo próprio do sistema, preço unitário por item, com até duas casas decimais após a vírgula.**

7.9. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

7.10. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, ou quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos materiais ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Clevelândia-PR.

7.11. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.12. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.13. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:**

8.1. **Dia 02 de junho de 2023 às 08:30**, horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet será aberta por comando do Pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.3. Também será desclassificada a proposta (**eletrônica**) que identifique o licitante.

8.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.





8.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.9. **O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.**

8.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 200,00 (duzentos reais)**.

8.13. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.14. **A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.15. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.16. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.17. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.18. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

8.19. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

8.20. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.21. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.22. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.23. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.24. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:



8.24.1. No país;

8.24.2. Por empresas brasileiras;

8.24.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.24.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.25. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro verificará e concederá a prioridade de contratação para empresas sediadas regionalmente, nos termos no Art. 9º, inciso III, do Decreto Municipal nº 217 de 18 de maio e do item 3.2 do edital; que ocorrerá da seguinte maneira:

8.26.1. O pregoeiro convocará via chat, na ordem de classificação, as licitantes sediadas no âmbito regional, dentro do valor igual ou até 10% (dez por cento) superior a proposta mais bem classificada; Momento o qual informará a licitante sobre a prioridade.

8.26.2. Os benefícios serão aplicados prioritariamente às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em âmbito local e posteriormente às sediadas em âmbito regional.

8.27. Após a identificação das licitantes, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.28. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.29. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:**

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a



exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita por esta.

9.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, O Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.9. Havendo necessidade, O Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, O Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 10. DA HABILITAÇÃO:

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, O Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1. SICAF.

10.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

10.2. Constatada a existência de sanção, O Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.4. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

10.4.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

10.5. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

10.5.1. **Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública deste pregão.





10.6. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

10.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

10.6.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

10.6.3. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

10.6.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

10.6.5. Certificado de Regularidade de Situação para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS)**;

10.6.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

10.7. Atestado capacitação Técnica:

10.7.1. Atestado de capacitação técnica, através da apresentação de atestado(s) expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando a execução satisfatória do objeto, similares ao objeto da presente licitação e compatível em característica, quantidade e prazos com o objeto da licitação.

10.7.2. O(s) atestado(s) de capacidade técnica apresentado(s) deve(m) conter as seguintes informações básicas: nome do contratado e do contratante, identificação do contrato (tipo ou natureza do serviço) e localização dos mesmos.

10.8. Para a comprovação de **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**:

10.8.1. Comprovação de Registro da empresa proponente na SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.

10.9. Deverá apresentar ainda as **DECLARAÇÕES**:

10.9.1. Declaração Unificada, conforme modelo. (ANEXO III).

10.10. A habilitação dos Licitantes será comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

10.11. No julgamento da habilitação, O Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.12. O não atendimento das exigências constantes neste Edital implicará a inabilitação do licitante.

10.13. O licitante provisoriamente vencedor em um lote, que estiver concorrendo em outro lote, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do lote em que venceu às do lote em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.



10.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

### 11. DA QUALIDADE:

11.1. Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo detalhadamente as características do objeto cotado, informando marca/fabricante em campo próprio do sistema, preço unitário por item, com até duas casas decimais após a vírgula;

11.2. Quanto aos serviços e aquisição de itens deverão ser dotados de todas as características mencionadas na descrição contida no Termo de Referência deste edital, a fim de atender eficazmente os benefícios que deles naturalmente se esperam, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

### 12. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA E ENVIO DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO:

12.1. Encerrada a etapa de lances, O Pregoeiro convocará o licitante detentor da melhor oferta, para que este anexe no sistema COMPRAS GOVERNAMENTAIS, a **PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA**, em conformidade com o último lance ofertado. Para tanto, O Pregoeiro fará uso da ferramenta “CONVOCAR ANEXO”, devendo o licitante anexar o documento utilizando o link “ANEXAR”, disponível apenas para o licitante/vencedor.

12.2. O licitante deverá anexar a documentação convocada em arquivo único (Compactado ex.: zip ou pdf), no sistema COMPRASNET.

12.3. Havendo a necessidade de envio de **documentos de habilitação complementares**, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital **e já apresentados**, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

12.4. O licitante deverá anexar a Proposta de Preços Ajustada, num prazo de até **02 (duas) horas** de efetivo funcionamento do órgão público, ou seja, das 7h às 13h, contados da convocação.

12.5. Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio do e-mail: **licitacao@clevelandia.pr.gov.br**. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com O Pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. O Pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Clevelândia-PR quanto do emissor.

12.6. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço, sendo realizado, pela Pregoeira, o registro da não aceitação da proposta.

12.7. Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, **dentro do prazo estipulado**, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo.

12.8. É facultado O Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública**.

12.9. Se a proposta não for aceitável ou se a LICITANTE deixar de enviar a Proposta de Preços



atualizada ou não atender às exigências de habilitação, O Pregoeiro DESCLASSIFICARÁ e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

#### 12.10. A proposta deverá conter:

12.10.1. Proposta de preços, conforme modelo constante do Anexo II do presente Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação da proposta;

12.10.2. **Preços unitários e totais**, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

12.10.3. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

12.10.4. Prazo de **validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias**, contados da data estipulada para a abertura do presente certame, conforme previsto no art. 69, § 2º combinado com o artigo 66, § 4º;

12.10.5. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com até duas casas decimais (0,00)**.

12.10.6. A **proposta**, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do **Edital** e **Anexos**, sob pena de desclassificação.

12.10.7. O Pregoeiro reserva-se o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.

12.10.8. A **proposta** apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.

12.10.9. A Prefeitura Municipal poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

### 13. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL:

13.1. A documentação constante neste edital, **caso solicitada**, deverá ser encaminhada em original ou cópias autenticadas, juntamente com a proposta final também em original, no **prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, contados da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, no seguinte endereço: **Praça Getúlio Vargas, 71 – Centro – Clevelândia - PR, CEP 85530-000**. Aos cuidados do Departamento de Compras, Licitações e Contratos e ao pregoeiro responsável. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.

13.2. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, O Pregoeiro o declarará vencedor.

13.3. Ocorrendo a inabilitação, O Pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.



### 14. DOS RECURSOS:

14.1. **Declarado o vencedor**, O Pregoeiro abrirá prazo, durante o qual, qualquer licitante poderá, de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

14.2. A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

14.3. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.4. Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

14.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

14.6. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, O Pregoeiro terá até 5 (cinco) dias para:

14.6.1. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

14.6.2. Motivadamente, reconsiderar a decisão;

14.6.3. A decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente;

14.6.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.6.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

14.6.6. **Não havendo recurso**, O Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

### 15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.

15.1.3. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.1.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.1.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.1.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo



responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### **16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:**

16.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

16.2. Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

16.3. A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pela pregoeira, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não obriga a Administração Municipal à aquisição do objeto licitado.

### **17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

17.1. Da Dotação por órgão e fonte de recurso Orçamentário:

- 03- Secretaria Municipal de Administração
- 03.01- Administração S.M.A.G.
- 041220005.2.004000- Manutenção das Atividades Administrativas
- 3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 3.3.90.39.99.99-000- Demais Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 04- Secretaria Municipal da Agropecuária
- 04.01- Administração S.M.A.
- 206080010.2.007000- Manutenção das Atividades da Agropecuária
- 3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 3.3.90.39.99.99-000- Demais Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 05- Secretaria Municipal Saúde e Saneamento
- 05.02- Fundo Municipal de Saúde
- 103020015.2.010000- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
- 3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 3.3.90.39.99.99-000- Demais Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 3.3.90.39.99.99-303- Demais Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 06- Secretaria Municipal de Assistência Social
- 06.01- Administração S.M.A.S.
- 082440018.2.017000- Manutenção da Unidade da Assistência Social
- 3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 3.3.90.39.99.99-000- Demais Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 082440018.2.035000- Transferências do Sistema Único da Assistência Social
- 3.3.90.39.99.99-934- Demais Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 07- Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes
- 07.01- Administração S.M.E.C.E.
- 123610020.2.019000- Manutenção do Ensino Fundamental- Receita Educação 5% e 25%
- 3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica





- 3.3.90.39.99.99-000- Demais Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 3.3.90.39.99.99-103- Demais Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 3.3.90.39.99.99-104- Demais Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 3.3.90.39.99.99-107- Demais Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 08- Secretaria Municipal de Obras e Viação
- 08.01- Administração S.M.O.V.
- 267820014.2.029000- Manutenção da Unidade de Obras e Viação
- 3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 3.3.90.39.99.99-000- Demais Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 10- Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- 10.01- Administração S.M.A.H.R.
- 185410009.2.031000- Manutenção do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- 3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 3.3.90.39.99.99-000- Demais Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

### 18. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

- 18.1. Durante a vigência do Contrato, os valores contratados não serão reajustados.
- 18.2. Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto do Artigo 65, II, “d” da Lei 8.666/93.
- 18.3. Não serão liberadas recomposições **decorrentes de inflação**, que não configurem álea econômica extraordinária, **tampouco fato previsível**.
- 18.4. Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal.
- 18.5. Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, “d” da Lei 8.666/93.
- 18.6. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.
- 18.7. As obrigações decorrentes deste **PREGÃO** consubstanciar-se-ão no **TERMO DE CONTRATO**, cuja minuta consta como **Anexo IV** deste Edital.
- 18.8. O Contrato Administrativo será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a **impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias**, providenciando a entrega da via original (caso assinado a punho), no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.**
- 18.9. A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais, conforme previsto no item anterior.
- 18.10. O contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social e procuração, **na hipótese de nomeação de representante da licitante**, e documento de identidade do representante.



18.11. O prazo para a assinatura do instrumento contratual é de 5 (cinco) dias corridos a contar do envio do mesmo para o endereço eletrônico da vencedora, a assinatura do contrato poderá ser prorrogada uma vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

### **19. DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO:**

19.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### **20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE:**

20.1. Conforme consta Termo de Referência anexo ao Edital.

### **21. DAS PENALIDADES:**

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n° 10.024, de 2019, o licitante/adjudicatário que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Não assinar o contratado, quando cabível;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

21.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.4. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.6. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos;

21.7. Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração



administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização.

21.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultante de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público

21.13. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

21.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.16. As sanções descritas também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

21.17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **22. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO:**

22.1. Fica assegurado ao Município de Clevelândia o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

22.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

22.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

22.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

22.5. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

22.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

22.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.



22.8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é a Prefeita Municipal de Clevelândia-PR.

### **23. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:**

23.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

### **24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

24.1. O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial dos Municípios, através do endereço eletrônico [www.dioems.com.br](http://www.dioems.com.br), e no Portal de Transparência do Município através do endereço eletrônico [www.clevelandia.pr.gov.br/](http://www.clevelandia.pr.gov.br/).

24.2. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

24.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

24.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro.

24.5. Será facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

24.6. O Pregoeiro poderá, ainda, releva erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.

24.7. As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

24.8. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

24.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na



Prefeitura Municipal de Clevelândia, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

24.11. A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às Licitantes direito à indenização.

24.12. A anulação do procedimento licitatório induz a da Ata de Registro de Preços, ressalvado o disposto no parágrafo único, Artigo 59 da Lei 8.666/93.

24.13. O resultado da licitação será divulgado pelo Portal COMPRASNET através do site [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) e estará disponível junto ao Departamento de Licitações do Município de Clevelândia-PR.

24.14. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

24.15. É obrigação de a proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.

24.16. A proponente deverá indicar ao Pregoeiro todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail) para comunicação e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.

24.17. O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Clevelândia-PR, quanto do emissor.

24.18. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

24.19. Caso o sistema eletrônico venha a desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.

24.20. Se a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e só poderá ser reiniciada após decorrido o prazo mínimo de 24h (vinte e quatro horas) a contar da comunicação do fato aos participantes em campo próprio no sistema eletrônico.

24.21. CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, O PREGÃO SERÁ SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELA PREGOEIRA VIA CHAT.

24.22. Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema **comprasnet** que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.





# MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

## PORTAL DO SUDOESTE

Praça Getúlio Vargas, n°. 71, Centro, Clevelândia-Paraná  
Cx. Postal n°. 61, CEP, 85.530-000 - Fone/Fax: (046) 3252-8000

24.23. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

24.24. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Clevelândia - PR.

24.25. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

24.26. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento;
ANEXO II	Modelo Padrão de Proposta Comercial;
ANEXO III	Modelo de Declaração Unificada;
ANEXO IV	Modelo de contrato;

Clevelândia, 18 de maio de 2023.

**RAFAELA MARTINS LOSI**  
**PREFEITA MUNICIPAL**



# MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

PORTAL DO SUDOESTE

Praça Getúlio Vargas, n°. 71, Centro, Clevelândia-Paraná  
Cx. Postal n°. 61, CEP, 85.530-000 - Fone/Fax: (046) 3252-8000

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA



### 1. OBJETO:

1.1. O objeto do presente termo é a seleção de propostas mais vantajosas de “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO VEÍCULAR PERTENCENTE A FROTA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA – PR, PELO PERÍODO DE 12 MESES,” de acordo com as quantidades e especificações técnicas estabelecidas neste instrumento.

### 2. JUSTIFICATIVA:

2.1. Considerando que os veículos do município estão em constante deslocamento, tanto na sua área urbana, principalmente para cidade sede regional, Pato Branco, o qual é deslocado diariamente vários veículos, como para outros municípios no Estado do Paraná.

2.2. É necessário a preservação do patrimônio, cujos veículos estão sujeitos a acidentes causados por agentes externos (colisão, incêndio, roubo e furto), que podem acarretar danos ao patrimônio e a terceiros, mantendo um padrão de segurança que venha a minimizar os riscos de possíveis perdas patrimoniais.

2.3. Assim sendo, a presente contratação de seguro total proporcionará proteção à frota, no caso de envolvimento dos veículos oficiais em sinistros, possibilitando maior facilidade na recuperação e no ressarcimento de possíveis danos que possam ocorrer. Para isso, a contratação de uma empresa especializada através de processo licitatório é o meio legal de se planejar e realizar esta despesa.

2.4. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO CUMPRIMENTO AOS ART. 47 E 48 DA LEI COMPLEMENTAR 123/06, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14.

2.5. Após a coleta dos orçamentos para a elaboração do preço máximo para o processo licitatório, verificou-se que não houve um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, conforme trata o Art. 49, Item II da Lei complementar nº 123/2006 com alterações realizadas pela Lei complementar nº 147/2014.

2.6. Informamos ainda que, de acordo com o Decreto n.º 60.459/67, com redação dada pelo Decreto n.º 93.871/86 só é permitida a contratação de seguro diretamente a empresas seguradoras. Estas por sua vez, são empresas constituídas sob a forma de sociedade anônima. Sendo assim, considerando que as empresas de pequeno porte e microempresas não são sociedades anônimas, a presente licitação deverá ser de ampla concorrência.

### 3. JUSTIFICATIVA DA FORMA DE JULGAMENTO

3.1. Considerando que se trata de serviços de mesma natureza, amplamente prestados e comercializados no mercado local, justifica-se o agrupamento como forma de viabilizar o processo competitivo, uma vez que volumes maiores despertarão o maior interesse dos fornecedores, como também evitarão eventuais descompassos na prestação dos serviços. Além disso, cabe observar, ainda, que segundo jurisprudência do TCU, "inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si". (Acórdão TCU nº 861/2013 – Plenário). Aplica-se tal assertiva ao presente procedimento.

### 4. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA MODALIDADE

4.1. Escolha da Modalidade: Tendo em vista que os serviços a serem contratados enquadram-se como comuns, sugere-se utilizar o PREGÃO ELETRÔNICO, pelo modo de disputa ABERTO



e critério de julgamento menor preço por grupo, como modalidade preferencial, conforme preceitua a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Federais nº 3.555/2000 e 10.024/2019 e o Decreto Estadual nº 4.767/2019, aplicando-se subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.666/1993.

## 5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1. Trata-se o objeto de serviço comum, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, c/c art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019, de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

5.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 6. 4. BASE LEGAL

6.1. A presente despesa foi enquadrada em PREGÃO ELETRÔNICO, conforme Lei 10.520/2002, Decreto 10.024/2019 e subsidiariamente na Lei 8.666/1993.

6.2. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por LOTE.

6.3. **O prazo de vigência será de 12 (DOZE) meses**, podendo ser dilatado a critério da administração em conformidade com o que estabelece artigo 57, da Lei nº. 8.666/93, mediante termo aditivo.

## 7. 5. DAS COBERTURAS

7.1. Veículos com cobertura total/ compreensiva:

7.1.1. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento dos passageiros e transporte do veículo até a oficina referenciada, localizada em Clevelândia ou Pato Branco, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro discriminados abaixo:

- 7.1.1.1. Roubo ou furto total, bem como os danos causados pela tentativa de roubo ou furto, incluindo os vidros, para-brisa, faróis, lanternas e retrovisores;
- 7.1.1.2. Colisão, choque, abaloamento, capotamento ou derrapagem;
- 7.1.1.3. Raios e suas consequências;
- 7.1.1.4. Incêndio e explosão, ainda que resultante de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- 7.1.1.5. Queda em precipício ou de ponte e queda de agentes externos sobre veículos;
- 7.1.1.6. Acidente durante o transporte de veículo por meio apropriado;
- 7.1.1.7. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros;
- 7.1.1.8. Responsabilidade Civil (RCF - danos materiais e pessoais e morais);
- 7.1.1.9. APP (Acidente por Passageiro);
- 7.1.1.10. Submersão total ou parcial em água doce ou marítima proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardados em subsolos;



7.1.1.11. Em casos de que trata o item acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia, sua utilização não implica em perda de bônus para o segurado.

7.1.1.12. Granizo, furacão e terremotos.

7.1.1.13. Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica.

7.1.1.14. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

7.1.1.14.1. Chaveiro;

7.1.1.14.2. Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina referenciada;

7.1.1.14.3. transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

7.1.2. Os limites de indenização por cobertura:

7.1.3. IS (Importância Segurada pelo Veículo, referente a 100% da tabela FIPE para cada veículo);

7.1.4. DM - Danos Materiais - Valor mínimo: R\$ 300.000,00;

7.1.5. DP - Danos Pessoais - Valor mínimo: R\$ 300.000,00;

7.1.6. DMO – Danos Morais – Valor mínimo: R\$ 50.000,00;

7.1.7. APP - Acidentes Pessoais por Passageiros – R\$ 80.000,00;

7.1.8. Assistência 24h completa – rede referenciada – sem limite de quilometragem.

7.1.9. Cobertura básica de vidros, retrovisores, lanternas e faróis, em rede referenciada - vidros originais do fabricante do veículo;

7.2. Da franquia:

7.2.1. O pagamento da franquia considerará os itens a seguir:

7.2.1.1. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

7.2.1.2. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não deverá exceder o limite máximo de R\$ 200,00 (Duzentos reais), à exceção de faróis LED e XENON cujos limites máximos aceitáveis serão de R\$ 900,00 (Novecentos reais) e R\$ 1.300,00 (Mil e trezentos reais), respectivamente, não sendo cumulativas com a franquia de que trata o item anterior 5.1.3 - II.

7.2.1.2.1. A franquia de que trata este item será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.

7.2.1.3. Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Município, à CONTRATADA.

7.2.1.4. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

7.2.1.5. O valor da franquia de cada veículo deverá ser expresso em moeda corrente nacional na PROPOSTA FINAL da CONTRATADA.

7.2.1.6. Nenhum veículo da frota possui Kit Gás.





### 7.3. Assistência 24 horas.

7.3.1. A seguradora deverá fornecer assistência 24 (vinte quatro) horas por dia e sete dias por semana em caso de pane ou colisão do veículo, devendo abranger socorro mecânico, chaveiro, táxi, guincho livre e transporte dos passageiros, com cobertura em todo o território nacional e **sem limite de quilometragem**.

### 7.4. Do perfil dos motoristas

7.4.1. Os veículos são conduzidos por servidores autorizados.

7.4.2. As características individuais dos motoristas como tempo de habilitação e idade ou sexo, não devem ser consideradas como condição delimitadora para efeitos de fixação do seguro a ser contratada.

### 7.5. Da guarda dos veículos.

7.5.1. Os Veículos são conduzidos por servidores habilitados e autorizados;

7.5.2. O local de pernoite dos veículos é preferencialmente no pátio da secretária, ou em estacionamento privativo e fechado.

7.5.3. Poderá em casos a serem autorizados pelo secretário da pasta o pernoite em local aberto, rua;

7.5.4. Não há previsão de quantidade de quilômetros a serem percorridos pelos veículos por dia ou mensal.

### 7.6. Do valor do bem

7.6.1. Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base na tabela FIPE. Os valores serão atualizados conforme novas publicações da tabela FIPE.

7.6.2. Em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site [www.molicar.com.br](http://www.molicar.com.br), com o mesmo percentual, vedada a utilização doutra tabela.

7.6.3. Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar da data de seu recebimento pelo Município, independentemente da quilometragem rodada no período.

7.6.4. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

## 8. DOS BÔNUS

8.1. Por ser seguro novo, os veículos não possuem bônus.

## 9. DA VISTORIA

9.1. Da vistoria para licitar:

9.1.1. A vistoria dos veículos relacionados é FACULTATIVA.

9.1.2. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nos veículos mediante agendamento prévio junto a Secretária Municipal de Administração e Finanças, através do telefone (46)3252-8016, onde um servidor designado irá acompanhá-lo, de segunda à sexta-feira.

9.1.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.



9.1.4. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

9.1.5. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

9.1.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## 9.2. Da vistoria de contratação

9.2.1. Em havendo vistoria, o laudo deverá ser emitido em 2 (duas) vias uma das quais será entregue ao servidor fiscal do contrato juntamente com o documento para pagamento do prêmio no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da Nota de Empenho.

9.2.2. Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, isto não será impeditivo para contratação, sendo, porém, estas avarias excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.

9.2.3. Após procedimento de recuperação pelo Município, durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria'.

9.2.4. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

9.2.5. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

9.2.6. A vistoria prevista acima, em hipótese nenhuma, poderá servir de pretexto para a majoração de preços apresentados na licitação, sendo aceito apenas a recusa motivada do veículo em função do estado de conservação.

9.2.7. Entregue o laudo da vistoria e o documento de pagamento do prêmio, o seguro, para todos os efeitos, já estará em vigência.

9.2.8. Caso a seguradora não tenha interesse de realizar vistoria deverá comunicar por escrito tal fato a contratante e encaminhar o documento para pagamento do prêmio no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da Nota de Empenho.

9.2.9. O encaminhamento do documento para pagamento do prêmio de seguro configurará o desinteresse da seguradora em realizar a vistoria, independente de comunicação nesse sentido.

## 10. 8. DA APÓLICE

10.1. O prazo de vigência da presente licitação é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da assinatura do contrato, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, conforme art. 57, inciso II da lei Federal 8.666/93.

10.2. O seguro será considerado vigente, a iniciar no momento da assinatura do contrato ou homologação, independente de eventual atraso na vistoria (caso houver necessidade), emissão e/ou entrega das apólices.

10.3. A apólice deverá ser disponibilizada para a CONTRATANTE, em meios eletrônicos no endereço eletrônico [licitacao@clevelandia.pr.gov.br](mailto:licitacao@clevelandia.pr.gov.br) e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do contrato ou homologação do contrato.



10.4. Após a disponibilização da referida apólice, a CONTRATANTE terá o prazo de até 30 (trinta) dias para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade. Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a CONTRATADA disporá de até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do pedido expresso pela respectiva unidade fiscalizadora do contrato.

10.5. A inclusão e/ou correções de que trata o item anterior poderá também, a qualquer tempo, ser realizada pelo Departamento de Patrimônio do Município.

10.6. A emissão deverá resultar em uma única apólice, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para a CONTRATANTE.

10.7. Deverá constar na apólice:

10.7.1. Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações;

10.7.2. Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação;

10.7.3. Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado, caso seja;

10.7.4. Prêmios discriminados por cobertura;

10.7.5. Limites de indenização por cobertura, conforme valores constantes da tabela do ANEXO I,

10.7.6. Bônus, quando houver, observando os valores do ANEXO I.

10.7.7. Franquia aplicável, observando os valores do ANEXO I.

10.7.8. O fato de a seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.

## 11. DO SINISTRO

11.1. Dos Riscos Cobertos: “SEGURO TOTAL”. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

11.1.1. Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.

11.1.2. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento.

11.1.3. Raios e suas consequências.

11.1.4. Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.

11.1.5. Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.

11.1.6. Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.

11.1.7. Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo. a) Em casos de que trata o item acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia, sua utilização não implica em perda de bônus para o segurado.



11.1.8. Granizo.

11.1.9. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.

11.1.10. Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores.

11.1.11. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais).

11.1.12. Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica.

11.1.13. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

11.1.13.1. Chaveiro;

11.1.13.2. Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pelo contratante;

11.1.13.3. transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

11.1.13.4. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

11.1.13.5. A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

11.2. Em caso de sinistro a CONTRATANTE providenciará os documentos necessários para apresentação à seguradora, tais como: Boletim de Ocorrência - BO ou Boletim de Registro de Acidente de Trânsito - BRAT, Aviso de Sinistro, etc., comunicando a ocorrência à seguradora, bem como colocará à disposição da seguradora o bem sinistrado para a realização de vistoria e/ou perícia.

11.3. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério do Município;

11.4. No caso de reparo de danos, por se tratar de obrigação contratual, a CONTRATANTE fará o pagamento da franquia à seguradora.

11.5. Para o pagamento da franquia, a seguradora deverá encaminhar ao CONTRATANTE documento para pagamento da mesma, observando possíveis retenções previstas na Instrução Normativa nº 1234/SRF e alterações posteriores.

11.6. A seguradora deve providenciar para que a franquia seja cobrada do CONTRATANTE, não sendo admitida qualquer cobrança por parte da oficina que efetuou o reparo.

11.7. Tratando-se de roubo ou furto total do veículo segurado, decorridos 30 (trinta) dias do aviso às autoridades policiais e não tendo sido o mesmo apreendido nem localizado oficialmente, mediante comprovação hábil, a Seguradora deverá indenizar o segurado pelo valor de mercado constante na tabela FIPE.

11.8. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará a cargo da CONTRATADA.

11.9. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

11.10. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 3 (três) horas, após o aviso de sinistro.



## 12. DA INDENIZAÇÃO

### 12.1. Da indenização parcial:

12.1.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.

12.1.2. Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.

12.1.3. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pelo Município e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

12.1.4. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.

### 12.2. Da Indenização Integral

12.2.1. Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 100% do valor referenciado.

12.2.2. Em caso de indenização integral a seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

12.2.3. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.

## 13. DO ENDOSSO

13.1. Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pelo Município e processadas pela seguradora, mediante endosso. Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso pela respectiva unidade fiscalizadora do contrato. O pedido de endosso referente às secretarias municipais, em qualquer tempo, poderá também ser realizado pelo Departamento de Patrimônio do Município.

### 13.2. Endosso de inclusão

13.2.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total e franquia referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.

13.2.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

13.2.3. A devolução deverá ser realizada mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade deste Município, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, à Secretaria Municipal de Administração.





### 13.3. Endosso de exclusão

13.3.1. Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a aplicação da fórmula:

**$X \div 12 = Y$  e  $Y \times Z = VT$  onde:**

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

13.3.2. O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo Município. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

13.3.3. A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento por depósito em conta bancária, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, ao Município.

## 14. SALVADOS

14.1. Uma vez sendo pago a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

14.2. É de inteira responsabilidade da seguradora contratada providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da CONTRATADA junto aos órgãos pertinentes.

## 15. 13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Efetuar a prestação dos serviços em perfeitas condições, no prazo indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do objeto, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações do prazo de garantia;

15.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

15.3. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos o produto/serviços com avarias ou defeitos;

15.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto contratado;

15.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a data da prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

15.6. Não transferir a terceiros, nem subcontratar o objeto;

15.7. Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação;



15.8. Havendo sinistro que obrigue a realização de serviços, estes deverão ser executados, obrigatoriamente em concessionária autorizada ou empresa credenciada indicada pela Seguradora, desde que tenha a aprovação e autorização do Contratante, observando que a reposição de peças será procedida utilizando peças originais;

15.9. Estando o veículo dentro do prazo da garantia de fábrica, deverão as peças e os serviços serem realizados na oficina do concessionário da marca do veículo, ou de oficinas por este expressamente autorizadas, de modo a manter a garantia de fábrica.

15.10. No caso de reboque, realizá-lo assumindo a responsabilidade do veículo durante o embarque, o transporte e o desembarque até a sede do tribunal ou à oficina contratada-indicada pelo Município.

15.11. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Contratante, quanto à execução dos serviços contratados.

15.12. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços contratados.

15.13. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

15.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação (gerais e particulares) do seguro de acordo com as disposições legais e normas da Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda — SUSEP.

## **16. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

16.1. Receber provisoriamente os serviços, disponibilizando local, data e horário;

16.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e nota de empenho, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

16.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado, promovendo, através do fiscal do contrato, o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as faltas detectadas e comunicando à empresa as ocorrências de qualquer fato que, a seu critério, exijam medidas por parte daquela;

16.4. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, que estejam em desacordo com o Termo de Referência e com o Contrato, bem como, zelar pela cronologia dos termos aditivos e seus apostilamentos, a fim de não permitir a ruptura do contrato e nem a extrapolção do termo final do limite de 60 (sessenta) meses permitidos pela legislação.

16.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

16.6. Notificar o fornecedor registrado sobre eventuais atrasos na prestação dos serviços e/ou descumprimento de cláusulas previstas neste Termo de Referência, no Edital ou no contrato;

16.7. Recusar os serviços que, recebidos provisoriamente, apresentarem discrepâncias em relação às especificações contidas neste Termo de Referência, no Edital ou no contrato após a entrega/instalação;



# MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

## PORTAL DO SUDOESTE

Praça Getúlio Vargas, n.º. 71, Centro, Clevelândia-Paraná  
Cx. Postal n.º. 61, CEP, 85.530-000 - Fone/Fax: (046) 3252-8000

- 16.8. Aplicar ao fornecedor registrado as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
- 16.9. Comunicar à Contratada a ocorrência de quaisquer sinistros, durante a vigência do Contrato a ser firmado;
- 16.10. Efetuar o pagamento do valor constante na nota fiscal/fatura/boleto bancário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data final do período de adimplemento da parcela;
- 16.11. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes aos veículos, quando solicitados pela licitante vencedor;
- 16.12. Dar imediato aviso às autoridades policiais em caso de roubo ou furto, parcial ou total, do veículo segurado;
- 16.13. Aguardar a autorização da Seguradora para iniciar a reparação de quaisquer danos;
- 16.14. Entregar à Seguradora, no prazo máximo de 5 (cinco) dias da data de seu recebimento, qualquer carta ou documento que receber e que se relacione com danos causados a terceiros pelo veículo segurado;
- 16.15. Zelar pela não-agravação dos prejuízos e dar guarda aos salvados (o que restou do veículo sinistrado ou a peça substituída) e demais bens remanescentes;
- 16.16. Comunicar à Contratada a ocorrência de quaisquer sinistros, durante a vigência do Contrato a ser firmado;

## 17. MEDIDAS ACAUTELADORAS

17.1. Consoante o artigo 45 da Lei n.º 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## 18. DA SUBCONTRATAÇÃO:

18.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 19. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO:

19.1. Fica designado para atuar como Gestora do Contrato a Secretária de Administração, Senhora LUCIA JACINTA PREUS TONIAL, a qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto aqui licitado;

19.2. Como Fiscal do Contrato a servidora Ana Paula Zeferino, que será responsável pelo acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se as quantidades, qualidade, estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado.

19.3. O CONTRATANTE irá notificar por escrito a CONTRATADA, se verificado qualquer problema no fornecimento dos itens, devendo a CONTRATADA substituir os mesmos, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, podendo ser ordenada à suspensão das entregas e respectivos pagamentos, se dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da entrega da notificação, não for atendida a reclamação, sem prejuízos das penalidades a que ficar sujeita.



### 20. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

20.1. Os pagamentos ocorrerão no dia 14 (quatorze) de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente, de acordo com prêmios de seguro feito no mês imediatamente anterior. e será dividido em 2(duas) parcelas;

20.2. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, acompanhada pela ordem de serviços (quando houver), devidamente assinada pelo fiscal designado pelo Município e acompanhada ainda das CND's FGTS, TRABALHISTA e FEDERAL e após o recebimento definitivo do objeto, através de transferência eletrônica para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma.

20.3. A vencedora do certame deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

20.4. Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

### 21. REAJUSTE DE PREÇOS

21.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

21.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

21.3. Os valores contratados serão reajustados com base na variação do IPC-fipe, calculado e divulgado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas - USP, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \frac{(I - I_0)}{I_0} \cdot P$$

R: = Reajuste

I = Nº índice da data do reajuste

I<sub>0</sub> = Nº índice da data limite da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste

P = Preço a ser reajustado.

21.4. A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pró-data, mas sim o mês cheio.

21.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

### 22. DA VIGENCIA DO CONTRATO

22.1. O prazo do contrato de seguros será de 12 (DOZE) meses, prorrogáveis por iguais e sucessíveis períodos, nos termos do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

### 23. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

23.1. A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA consistirá em:

23.1.1. Certidão da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), atestando a regularidade da licitante para operar no mercado segurador brasileiro, no ramo pertinente ao do objeto deste certame.



# MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

## PORTAL DO SUDOESTE

Praça Getúlio Vargas, n°. 71, Centro, Clevelândia-Paraná  
Cx. Postal n°. 61, CEP, 85.530-000 - Fone/Fax: (046) 3252-8000

### 24. DA ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

24.1. Serviço de seguro para cobertura do seguro de responsabilidade civil e seguro total dos veículos de propriedade do município.

#### LOTE 1 - VEÍCULO LEVES

lote	Item	Qtde	Und	Descrição	FRANQUIA FIXA	Valor UN	Valor Total
01	01	01	SV	VOLKSWAGEN - NOVO GOL 1.0 12V FLEX ANO/MODELO: 2021/2022 CÓDIGO FIPE: 54909 PLACA: BEW9C96 CHASSI: 9BWAG45U9NT004790 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool	R\$ 2.703,40	R\$ 1.373,65	R\$ 1.373,65
01	02	01	SV	VEÍCULO: VOLKSWAGEN - NOVO GOL 1.0 12V FLEX ANO/MODELO: 2021/2022 CÓDIGO FIPE: 54909 PLACA: RHA3E29 CHASSI: 9BWAG45UXNT015927 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool	R\$ 2.703,40	R\$ 1.373,65	R\$ 1.373,65
01	03	01	SV	VOLKSWAGEN - NOVO GOL 1.0 12V FLEX ANO/MODELO: 2021/2022 CÓDIGO FIPE: 54909 PLACA: BEX4D85 CHASSI: 9BWAG45U9NT004773 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool	R\$ 2.703,40	R\$ 1.373,65	R\$ 1.373,65
01	04	01	SV	CHEVROLET - ONIX HATCH LT 1.0 8V FLEX ANO/MODELO: 2018/2018 CÓDIGO FIPE: 44245 PLACA: BCG9467 CHASSI: 9BGKS48U0JG406766 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool	R\$ 2.255,40	R\$ 1.388,40	R\$ 1.388,40
01	05	01	SV	CHEVROLET - ONIX HATCH LT 1.0 8V FLEX ANO/MODELO: 2018/2018 CÓDIGO FIPE: 44245 PLACA: BCG6152 CHASSI: 9BGKS48U0JG395317 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool	R\$ 2.255,40	R\$ 1.388,40	R\$ 1.388,40
01	06	01	SV	CHEVROLET - ONIX HATCH LT 1.0 8V FLEX ANO/MODELO: 2018/2018	R\$ 2.255,40	R\$ 1.388,40	R\$ 1.388,40





# MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

## PORTAL DO SUDOESTE

Praça Getúlio Vargas, n°. 71, Centro, Clevelândia-Paraná  
Cx. Postal n°. 61, CEP, 85.530-000 - Fone/Fax: (046) 3252-8000

				CÓDIGO FIPE: 44245 PLACA: BCG8678 CHASSI: 9BGKS48U0JG395179 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool			
01	07	01	SV	CHEVROLET - ONIX HATCH LT 1.4 8V FLEX ANO/MODELO: 2018/2019 CÓDIGO FIPE: 44253 PLACA: BCL7B86 CHASSI: 9BGKS48V0KG110338 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool	R\$ 2.612,40	R\$ 1.386,24	R\$ 1.386,24
01	08	01	SV	FIAT - NOVO UNO ATTRACTIVE 1.0 8V EVO FLEX ANO/MODELO: 2020/2021 CÓDIGO FIPE: 14249 PLACA: BEP5J49 CHASSI: 9BD195A4ZM0899009 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool	R\$ 2.417,80	R\$ 1.286,54	R\$ 1.286,54
01	09	01	SV	FIAT - NOVO UNO ATTRACTIVE 1.0 8V EVO FLEX ANO/MODELO: 2020/2021 CÓDIGO FIPE: 14249 PLACA: BEP5J51 CHASSI: 9BD195A4ZM0899147 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool	R\$ 2.417,80	R\$ 1.286,54	R\$ 1.286,54
01	10	01	SV	FIAT - NOVO UNO ATTRACTIVE 1.0 8V EVO FLEX ANO/MODELO: 2020/2021 CÓDIGO FIPE: 14249 PLACA: BEP5J22 CHASSI: 9BD195A4ZM0898055 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool	R\$ 2.417,80	R\$ 1.286,54	R\$ 1.286,54
01	11	01	SV	FIAT - NOVO UNO ATTRACTIVE 1.0 8V EVO FLEX ANO/MODELO: 2020/2021 CÓDIGO FIPE: 14249 PLACA: BEP5J25 CHASSI: 9BD195A4ZM0898692 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool	R\$ 2.417,80	R\$ 1.286,54	R\$ 1.286,54
01	12	01	SV	FIAT - NOVO UNO ATTRACTIVE 1.0 8V EVO FLEX ANO/MODELO: 2020/2021 CÓDIGO FIPE: 14249 PLACA: BER9B82 CHASSI: 9BD195A4ZM0899063	R\$ 2.417,80	R\$ 1.286,54	R\$ 1.286,54



# MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

## PORTAL DO SUDOESTE

Praça Getúlio Vargas, nº. 71, Centro, Clevelândia-Paraná  
Cx. Postal nº. 61, CEP, 85.530-000 - Fone/Fax: (046) 3252-8000

				COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool			
01	13	01	SV	RENAULT - CLIO HATCH AUTHENTIQUE 1.0 16V HI- POWER ANO/MODELO: 2014/2014 CÓDIGO FIPE: 250619 PLACA: AZH2692 CHASSI: 8A1CB8205EL361576 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool	R\$ 2.963,80	R\$ 973,56	R\$ 973,56
01	14	01	SV	RENAULT - CLIO HATCH AUTHENTIQUE 1.0 16V HI- POWER ANO/MODELO: 2014/2014 CÓDIGO FIPE: 250619 PLACA: AYL9661 CHASSI: 8A1CB8205EL355330 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool	R\$ 2.963,80	R\$ 973,56	R\$ 973,56
01	15	01	SV	CITROEN - Aircross Start 1.6 16V FLEX ANO/MODELO: 2019/2020 CÓDIGO FIPE: 111821 PLACA: PBX9C74 CHASSI: 935SUNFN1LB529360 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool	R\$ 3.400,60	R\$ 1.410,29	R\$ 1.410,29
01	16	01	SV	CITROEN - Aircross Start 1.6 16V FLEX ANO/MODELO: 2019/2020 CÓDIGO FIPE: 111821 PLACA: PBX0C16 CHASSI: 935SUNFN1LB513344 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool	R\$ 3.400,60	R\$ 1.410,29	R\$ 1.410,29
01	17	01	SV	CITROEN - Aircross Start 1.6 16V FLEX ANO/MODELO: 2019/2020 CÓDIGO FIPE: 111821 PLACA: PBY6B41 CHASSI: 935SUNFN1LB536615 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool	R\$ 3.400,60	R\$ 1.410,29	R\$ 1.410,29
01	18	01	SV	VOLKSWAGEN - NOVO GOL COMFORTLINE IMOTION 1.6 FLEX ANO/MODELO: 2017/2018 CÓDIGO FIPE: 53945 PLACA: BBQ4910 CHASSI: 9BWAG4U3JT049699 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool	R\$ 2.777,60	R\$ 1.307,24	R\$ 1.307,24
01	19	01	SV	VOLKSWAGEN - NOVO GOL 1.0 12V FLEX	R\$ 2.703,40	R\$ 1.373,65	R\$ 1.373,65



# MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

## PORTAL DO SUDOESTE

Praça Getúlio Vargas, nº. 71, Centro, Clevelândia-Paraná  
Cx. Postal nº. 61, CEP, 85.530-000 - Fone/Fax: (046) 3252-8000

				ANO/MODELO: 2021/2022 CÓDIGO FIPE: 54909 PLACA: RHJ6H39 CHASSI: 9BWAG45U4NT066162 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool			
--	--	--	--	--	--	--	--

**TOTAL DO LOTE 01 – R\$ 24.963,97 (vinte e quatro mil novecentos e sessenta e três reais e noventa e sete centavos).**

### LOTE 2 - VEÍCULO UTILITÁRIO:

lote	Item	Qtde	Und	Descrição	FRANQUIA FIXA	Valor UN	Valor Total
02	20	01	SV	FIAT - STRADA WORKING HARD 1.4 8V FLEX ANO/MODELO: 2017/2018 CÓDIGO FIPE: 14338 PLACA: BBY5796 CHASSI: 9BD5781FFJY220476 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool	R\$ 2.254,00	R\$ 1.433,12	R\$ 1.433,12
02	21	01	SV	FIAT - STRADA CD WORKING CELEB 1.4 8V FLEX ANO/MODELO: 2016/2016 CÓDIGO FIPE: 13919 PLACA: BAU7566 CHASSI: 9BD57834UGB076759 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool	R\$ 3.353,00	R\$ 1.636,66	R\$ 1.636,66
02	22	01	SV	FIAT - STRADA WORKING HARD 1.4 8V FLEX ANO/MODELO: 2020/2020 CÓDIGO FIPE: 14338 PLACA: EZC4E59 CHASSI: 9BD5781FFLY415460 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool	R\$ 2.254,00	R\$ 1.487,54	R\$ 1.487,54
02	23	01	SV	FIAT - TORO CABINE DUPLA FREEDOM 2.0 16V TURBO 4X4 AUT. ANO/MODELO: 2022/2022 CÓDIGO FIPE: 14877 PLACA: SDT3C81 CHASSI: 9882261RNNKE66186 COMBUSTÍVEL: Diesel	R\$ 5.356,40	R\$ 2.354,74	R\$ 2.354,74
02	24	01	SV	FIAT - NOVA FIORINO ENDURANCE 1.4 8V EVO FLEX ANO/MODELO: 2022/2023 CÓDIGO FIPE: 15318 PLACA: SDT3C32 CHASSI: 9BD2651PAP9214155 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool	R\$ 2.375,80	R\$ 2.012,73	R\$ 2.012,73
02	25	01	SV	FIAT - NOVA STRADA CS FREEDOM PLUS 1.3 8V FLEX	R\$ 3.145,80	R\$ 1.829,25	R\$ 1.829,25



# MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

## PORTAL DO SUDOESTE

Praça Getúlio Vargas, n°. 71, Centro, Clevelândia-Paraná  
Cx. Postal n°. 61, CEP, 85.530-000 - Fone/Fax: (046) 3252-8000

				ANO/MODELO: 2022/2022 CÓDIGO FIPE: 15270 PLACA: SDT3C29 CHASSI: 9BD281A3CNYX61896 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool			
02	26	01	SV	FIAT – STRADA ENDURANCE CS 86CV/1368 – LOTAÇÃO 02P ANO/MODELO: 2022/2022 CODIGO FIPE: 15261 PLACA: SEB3E57 CHASSI: 9BD281A2DNYX72077 COMBUSTIVEL: Gasolina/Álcool	R\$ 3.145,80	R\$ 1.829,25	R\$ 1.829,25

**TOTAL DO LOTE 02 - R\$ 12.583,29 (doze mil quinhentos e oitenta e três reais e vinte e nove centavos).**

### LOTE 3 - AMBULANCIA

lote	Item	Qtde	Und	Descrição	FRANQUIA FIXA	Valor UN	Valor Total
03	27	01	SV	RENAULT - MASTER FURGAO GRAND 2.3 16V DCI ANO/MODELO: 2017/2018 CÓDIGO FIPE: 251976 PLACA: BBV4952 CHASSI: 93YMAFEXCJJ039581 COMBUSTÍVEL: Diesel	R\$ 11.850,00	R\$ 5.956,96	R\$ 5.956,96
03	28	01	SV	FIAT - NOVA DUCATO FURGAO CARGO CURTA 2.3 16V ANO/MODELO: 2019/2019 CÓDIGO FIPE: 14974 PLACA: BDR9H54 CHASSI: 3C6DFVBK3KE528094 COMBUSTÍVEL: Diesel	R\$ 9.540,00	R\$ 6.072,83	R\$ 6.072,83
03	29	01	SV	MERCEDES BENZ - SPRINTER 416-CDI FURGAO L.T.ALTO 2.2 BI-TB ANO/MODELO: 2020/2021 CÓDIGO FIPE: 214310 PLACA: BEJ9I06 CHASSI: 8AC907643ME190933 COMBUSTÍVEL: Diesel	R\$ 9.540,00	R\$ 6.786,96	R\$ 6.786,96

**TOTAL DO LOTE 03 - R\$ 18.816,75 (dezoito mil oitocentos e dezesseis reais e setenta e cinco centavos)**

### LOTE 04 – ÔNIBUS, MICRO ONIBUS E VANS

lote	Item	Qtde	Und	Descrição	FRANQUIA FIXA	Valor UN	Valor Total
				MERCEDES BENZ - SPRINTER 415-CDI	R\$ 14.361,20	R\$ 2.466,75	R\$ 2.466,75



# MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

## PORTAL DO SUDOESTE

Praça Getúlio Vargas, nº. 71, Centro, Clevelândia-Paraná  
Cx. Postal nº. 61, CEP, 85.530-000 - Fone/Fax: (046) 3252-8000

04	30	01	SV	FURGAO LONGO T.ALTO 2.2 BI-TB ANO/MODELO: 2018/2019 CÓDIGO FIPE: 212610 PLACA: BCO7222 CHASSI: 8AC906633KE158581 COMBUSTÍVEL: Diesel			
04	31	01	SV	MERCEDES BENZ - SPRINTER 415-CDI FURGAO E.LONGO T.ALTO 2.2 BI-T ANO/MODELO: 2018/2019 CÓDIGO FIPE: 212695 PLACA: BCO7622 CHASSI: BAC906633KE159483 COMBUSTÍVEL: Diesel	R\$ 15.029,00	R\$ 2.521,47	R\$ 2.521,47
04	32	01	SV	MERCEDES BENZ - SPRINTER 416-CDI VIDRADO L.T.ALTO 2.2 BI-TB ANO/MODELO: 2021/2022 CÓDIGO FIPE: 214450 PLACA: RHL4H42 CHASSI: 8AC907643NE198532 COMBUSTÍVEL: Diesel	R\$ 17.100,00	R\$ 2.770,72	R\$ 2.770,72
04	33	01	SV	MARCOPOLO - MINIBUS VOLARE W9 FRETAMENTO E5 ANO/MODELO: 2016/2017 CÓDIGO FIPE: 5080436 PLACA: BAU5866 CHASSI: 93PB40N31HC057662 COMBUSTÍVEL: Diesel	R\$ 13.381,20	R\$ 4.221,07	R\$ 4.221,07
04	34	01	SV	RENAULT - MASTER MINIBUS STD MEDIO 2.3 DCI 16L ANO/MODELO: 2014/2015 CÓDIGO FIPE: 252026 PLACA: AYL9509 CHASSI: 93YVE34MCJ411241 COMBUSTÍVEL: Diesel	R\$ 8.433,60	R\$ 2.594,26	R\$ 2.594,26
04	35	01	SV	VOLKSWAGEN - MICRO ONIBUS 8.120 OD ANO/MODELO: 2008/2009 PLACA: BAU8565 CHASSI: 9532M52P3HR705222 COMBUSTÍVEL: Diesel	R\$ 6.167,00	R\$ 2.948,37	R\$ 2.948,37
04	36	01	SV	VOLKSWAGEN - MICRO ONIBUS 8.120 OD ANO/MODELO: 2009/2009 PLACA: ARH8301 CHASSI: 9BWP452RX9R930756 COMBUSTÍVEL: Diesel	R\$ 6.167,00	R\$ 2.948,37	R\$ 2.948,37
04	37	01	SV	VOLKSWAGEN - MICRO ONIBUS 8.120 OD ANO/MODELO: 2008/2008 PLACA: AQQ4168 CHASSI: 9BWP452R88R836471 COMBUSTÍVEL: Diesel	R\$ 5.696,00	R\$ 2.872,30	R\$ 2.872,30





# MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

## PORTAL DO SUDOESTE

Praça Getúlio Vargas, nº. 71, Centro, Clevelândia-Paraná  
Cx. Postal nº. 61, CEP, 85.530-000 - Fone/Fax: (046) 3252-8000

04	38	01	SV	VOLKSWAGEN - MICRO ONIBUS 8.120 OD ANO/MODELO: 2008/200 PLACA: AQQ4169 CHASSI: 9BWP452R78R835750 COMBUSTÍVEL: Diesel	R\$ 5.696,00	R\$ 2.872,30	R\$ 2.872,30
04	39	01	SV	VOLKSWAGEN - ONIBUS 15.190 EOD ANO/MODELO: 2013/2013 PLACA: AXG2552 CHASSI: 9532E82W3DR337527 COMBUSTÍVEL: Diesel	R\$ 14.163,80	R\$ 5.151,30	R\$ 5.151,30
04	40	01	SV	VOLKSWAGEN - ONIBUS 15.190 EOD ANO/MODELO: 2018/2019 PLACA: BCK2821 CHASSI: 9532E82W2KR907515 COMBUSTÍVEL: Diese	R\$ 20.332,20	R\$ 5.325,69	R\$ 5.325,69
04	41	01	SV	IVECO/FIAT - MICRO ONIBUS CITY CLASS ESCOLAR 2.8 TB ANO/MODELO: 2009/2009 PLACA: ARJ5534 CHASSI: 93ZL68B0198408823 COMBUSTÍVEL: Diesel	R\$ 5.675,00	R\$ 2.922,26	R\$ 2.922,26
04	42	01	SV	MARCOPOLO - MINIBUS VOLARE V8L ESCOLAR 4X4 E5 ANO/MODELO: 2014/2014 CÓDIGO FIPE: 5080398 PLACA: AYM4026 CHASSI: 93PB58M1MEC052367 COMBUSTÍVEL: Diesel	R\$ 11.268,60	R\$ 3.524,45	R\$ 3.524,45
04	43	01	SV	VOLKSWAGEN - MICRO ONIBUS 8.120 OD ANO/MODELO: 2009/2009 PLACA: ARH8302 CHASSI: 9BWP452R79R930066 COMBUSTÍVEL: Diesel	R\$ 6.167,00	R\$ 2.948,37	R\$ 2.948,37
04	44	01	SV	VOLKSWAGEN - ONIBUS 15.190 EOD ANO/MODELO: 2014/2014 PLACA: AYL3147 CHASSI: 9532E82W8ER430674 COMBUSTÍVEL: Diesel	R\$ 15.282,40	R\$ 5.320,06	R\$ 5.320,06
04	45	01	SV	IVECO/FIAT - ONIBUS 10-190 4X2 ANO/MODELO: 2020/2021 PLACA: BEV7G50 CHASSI: 93ZK01BDZM8939862 COMBUSTÍVEL: Diesel	R\$ 16.030,00	R\$ 4.636,67	R\$ 4.636,67
04	46	01	SV	MARCOPOLO - MINIBUS VOLARE V8L ESCOLAR MEDIO E5 ANO/MODELO: 2018/2019 CÓDIGO FIPE: 5080371	R\$ 12.917,80	R\$ 4.400,56	R\$ 4.400,56



# MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

## PORTAL DO SUDOESTE

Praça Getúlio Vargas, nº. 71, Centro, Clevelândia-Paraná  
Cx. Postal nº. 61, CEP, 85.530-000 - Fone/Fax: (046) 3252-8000

				PLACA: BCJ2343 CHASSI: 93PB54M10KC060088 COMBUSTÍVEL: Diesel			
04	47	01	SV	VOLKSWAGEN - KOMBI STANDARD 1.4 8V TOTAL FLEX ANO/MODELO: 2009/2010 CÓDIGO FIPE: 52388 PLACA: ARR6558 CHASSI: 9BWMF07X0AP007676 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool	R\$ 2.727,20	R\$ 1.571,57	R\$ 1.571,57

### **TOTAL DO LOTE 04 - R\$ 62.016,54 (sessenta e dois mil dezesseis reais e cinquenta e quatro centavos)**

24.2. O valor estimado da contratação do referido objeto, perfaz a ordem de R\$ 118.380,55 (cento e dezoito mil, trezentos e oitenta reais e cinquenta e cinco centavos).

24.3. O valor médio da licitação será apurado a partir de mapas de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas.

24.4. Havendo qualquer discordância entre a descrição e a unidade de medida do CATMAT e a do Edital, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Edital.

24.5. Deverá ser considerado o percentual mínimo de desconto de acordo com cada GRUPO/LOTE acima indicado, não sendo possível registro de desconto inferior a estes.

## **25. RECURSOS PARA CONTRATAÇÃO**

25.1. Os recursos financeiros para suportar a eficácia do presente objeto, serão atendidos por verbas oriundas de receitas vinculadas e próprias do município.

## **26. DAS VEDAÇÕES**

26.1. É vedado à CONTRATADA:

26.1.1. Interromper a execução do contrato sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

26.1.2. Caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira.

26.1.3. Transferir a terceiros ou subcontratar o objeto.

## **27. DOS CASOS OMISSOS**

27.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, as disposições contidas na Lei nº 8.078 de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, Decretos Federais nº 3.555/2000, 10.024/2019, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.666/1993, supletivamente a teoria geral dos contratos, e subordinando-se às condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.



# MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

## PORTAL DO SUDOESTE

Praça Getúlio Vargas, n.º. 71, Centro, Clevelândia-Paraná  
Cx. Postal n.º. 61, CEP, 85.530-000 - Fone/Fax: (046) 3252-8000

### ANEXO II - PROPOSTA COMERCIAL - MODELO

(uso obrigatório por todas as licitantes)

(papel timbrado da licitante)

**EDITAL DE PREGÃO N.º \_\_\_\_/2023**

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º \_\_\_\_/2023**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO**

**TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE.**

**OBJETO:** Contratação de empresa de prestação de serviços de seguro veicular para atender a frota municipal do município de Clevelândia Paraná, pelo período de 12 meses.

Pelo presente instrumento, vimos apresentar nossa proposta de preços relativa ao objeto desta licitação, bem como as informações, condições da proposta e declarações exigidas no Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe.

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:

- a) Razão Social:
- b) CNPJ n.º:
- c) Inscrição Estadual:
- d) Endereço completo:
- e) Telefone, (.....), e-mail: (.....)
- f) Banco, Agência e n.º da conta corrente.

#### 2. CONDIÇÕES GERAIS DA PROPOSTA:

A presente proposta é válida por 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação;

- a) O valor do total do lote que está detalhado nesta proposta de preço, nos quais estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, além de sua remuneração, inclusive impostos, taxas de qualquer natureza, contribuições, alvarás, mão de obra, salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, fretes e carretos, seguros, e quaisquer outras despesas necessárias que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.
- b) Examinamos cuidadosamente todo o edital e seus anexos e aceitamos todas as condições nele estipuladas e que, ao assinarmos este Termo, renunciamos ao direito de alegar discrepância de entendimento com relação ao Edital;

#### 3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Condições de pagamento: de acordo com o disposto no Termo de Referência do edital em tela.

#### 4. PROPOSTA DE PREÇOS:

Lote	Item	Qtde	Und	Descrição/Complemento	Valor unit.	Valor Total

**OBS: O licitante deverá reproduzir na íntegra o lote, a quant./unidade/descriptivo/marca/fabricação (quando for o caso) e descrição dos itens na proposta de preços dos quais irá participar conforme dispõe no TERMO DE REFERÊNCIA.**



# MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

PORTAL DO SUDOESTE

Praça Getúlio Vargas, nº. 71, Centro, Clevelândia-Paraná  
Cx. Postal nº. 61, CEP, 85.530-000 - Fone/Fax: (046) 3252-8000

Valor global da proposta R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso)

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE  
(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)



# MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

## PORTAL DO SUDOESTE

Praça Getúlio Vargas, n.º. 71, Centro, Clevelândia-Paraná  
Cx. Postal n.º. 61, CEP, 85.530-000 - Fone/Fax: (046) 3252-8000

### ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA -MODELO

(Papel timbrado da licitante)

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º \_\_\_\_/2023**

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º \_\_\_\_/2023**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO**

**TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE.**

**OBJETO:** Contratação de empresa de prestação de serviços de seguro veicular para atender a frota municipal do município de Clevelândia Paraná, pelo período de 12 meses.

#### **Ao Pregoeiro(a) e equipe de apoio:**

Prefeitura Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ n.º ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado:

1) Declara, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, acrescida pela Lei n.º 9.854/99.

2) Declara, para os devidos fins, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declara, para os devidos fins, que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

4) Declara, para os devidos fins, que não possui em seu quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo 9º da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

5) Compromete-se a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6) Declara, para os devidos fins, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., **Endereço, Bairro, Cidade, Estado**, Portador(a) do RG sob n.º ..... e CPF n.º ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.**

7) Declara, para os devidos fins, que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concorda que o contrato** seja





# MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

## PORTAL DO SUDOESTE

Praça Getúlio Vargas, n.º. 71, Centro, Clevelândia-Paraná  
Cx. Postal n.º. 61, CEP, 85.530-000 - Fone/Fax: (046) 3252-8000

encaminhado para o seguinte endereço:

**E-mail:**

**Telefone:**

8) Caso seja alterado o citado e-mail ou telefone a empresa licitante compromete-se em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado dos dados anteriormente fornecidos.

9) Nomeia e constitui o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser responsável para acompanhar a execução da Ata de Contrato referente ao Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/2022 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

..... de 2023.  
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa  
(Nome Legível/Cargo)



# MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

## PORTAL DO SUDOESTE

Praça Getúlio Vargas, n°. 71, Centro, Clevelândia-Paraná  
Cx. Postal n°. 61, CEP, 85.530-000 - Fone/Fax: (046) 3252-8000

### ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO - MODELO

PREGÃO ELETRÔNICO N°. \_\_\_\_/2023 – PROCESSO N°. \_\_\_\_/2023

Contrato particular de \_\_\_\_\_, que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA**, e de outro lado, a empresa denominada....., na forma abaixo:

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Getúlio Vargas, 71, inscrito no CNPJ n° 76.161.199/0001-00, neste ato devidamente representado pela Excelentíssima Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **RAFAELA MARTINS LOSI**, brasileira, solteira, portadora da carteira de identidade civil n° 5.839.559-5-SSP/PR., inscrita no CPF sob n°. 041.336.149-76, residente e domiciliado à Rua Pedro Maciel, s/n°, Chácara Raio de Sol, bairro São Luiz, nesta cidade de Clevelândia, Estado do Paraná.

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° \_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_, estabelecida na Rua \_\_\_\_\_, n°. \_\_\_\_, Centro, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu representante legal Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, empresário, (estado civil), portador da cédula de identidade sob n°. \_\_\_\_\_-SSP/\_\_\_\_ e CPF n° \_\_\_\_-\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, n° \_\_\_\_, Centro, na Cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_.

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. **Contratação de empresa de prestação de serviços de seguro veicular para atender a frota municipal do município de Clevelândia Paraná, pelo período de 12 meses.**

1.2. **Conforme abaixo descrito:**

Lote	Item	Qtde.	Unid.	Descrição	Valor Unitário (R\$.)	Valor Total (R\$.)

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO:

2.1. Os preços ora vigentes correspondem aos valores unitários e totais constantes da Proposta Comercial da CONTRATADA, perfazendo o valor total de R\$ \_\_\_\_\_(xxxxxxxx).

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRAZO PARA INICIO DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A proponente contratada obriga-se a verificar junto ao seu endereço eletrônico (e-mail), a(s) ordem(ns) de compra(s) e empenho(s) autorizado(s) e empenhado(s) pelo Licitador, sendo que, a proponente contratada terá o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para visualizar e confirmar o recebimento do referido e-mail. Caso a proponente contratada não confirme o recebimento do e-mail, a contagem para prestação de serviço iniciará independentemente de sua confirmação, salvo se a contagem de prazo ocorrer em feriados civis ou religiosos, recessos, pontos



facultativos, e/ou força maior.

3.2. Após a emissão da ordem de serviço e empenho autorizado, a proponente contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para iniciar a execução dos trabalhos.

3.3. Quando houver necessidade e sendo o justo o pedido a empresa contratada com motivo justificado poderá solicitar um prazo maior para entrega desde que seja aceito pelo Gestor do contrato.

3.4. A proponente contratada deve executar os serviços em conformidade com o preço, qualidade e quantidade especificados em sua proposta. A inobservância dessas condições implicará na recusa do serviço, sem que caiba qualquer tipo de reclamação e/ou indenização por parte da inadimplente. Além disso, a rescisão unilateral do contrato e a aplicação das penalidades administrativas pertinentes serão aplicadas.

3.5. A proponente contratada será única e exclusivamente responsável: pelo atendimento das legislações fiscais, tributárias, previdenciárias, trabalhistas, de segurança e medicina do trabalho, ambientais, de equipamentos de proteção individual de seus funcionários e de seguros em geral.

3.6. A proponente contratada responderá civil e criminalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados por seus empregados ou pessoas credenciadas ao LICITADOR e/ou terceiros, no local de trabalho ou em endereço diferente deste.

#### **4. CLAUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO:**

4.1. Os pagamentos ocorrerão no dia 14 (quatorze) de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente, de acordo com prêmios de seguro feito no mês imediatamente anterior. e será dividido em 2(duas) parcelas;

4.2. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, acompanhada pela ordem de serviços (quando houver), devidamente assinada pelo fiscal designado pelo Município e acompanhada ainda das CND's FGTS, TRABALHISTA e FEDERAL e após o recebimento definitivo do objeto, através de transferência eletrônica para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma.

4.3. A vencedora do certame deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

4.4. Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

5.1. Os pagamentos decorrentes da contratação prevista no presente contrato correrão por conta dos seguintes recursos:

- 03- Secretaria Municipal de Administração
- 03.01- Administração S.M.A.G.
- 041220005.2.004000- Manutenção das Atividades Administrativas
- 3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 3.3.90.39.99.99-000- Demais Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 04- Secretaria Municipal da Agropecuária
- 04.01- Administração S.M.A.
- 206080010.2.007000- Manutenção das Atividades da Agropecuária



# MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

## PORTAL DO SUDOESTE

Praça Getúlio Vargas, nº. 71, Centro, Clevelândia-Paraná  
Cx. Postal nº. 61, CEP, 85.530-000 - Fone/Fax: (046) 3252-8000

- 3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 3.3.90.39.99.99-000- Demais Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 05-Secretaria Municipal Saúde e Saneamento
- 05.02- Fundo Municipal de Saúde
- 103020015.2.010000- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
- 3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 3.3.90.39.99.99-000- Demais Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 3.3.90.39.99.99-303- Demais Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 06-Secretaria Municipal de Assistência Social
- 06.01- Administração S.M.A.S.
- 082440018.2.017000- Manutenção da Unidade da Assistência Social
- 3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 3.3.90.39.99.99-000- Demais Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 082440018.2.035000- Transferências do Sistema Único da Assistência Social
- 3.3.90.39.99.99-934- Demais Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 07- Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes
- 07.01- Administração S.M.E.C.E.
- 123610020.2.019000- Manutenção do Ensino Fundamental- Receita Educação 5% e 25%
- 3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 3.3.90.39.99.99-000- Demais Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 3.3.90.39.99.99-103- Demais Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 3.3.90.39.99.99-104- Demais Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 3.3.90.39.99.99-107- Demais Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 08- Secretaria Municipal de Obras e Viação
- 08.01- Administração S.M.O.V.
- 267820014.2.029000- Manutenção da Unidade de Obras e Viação
- 3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 3.3.90.39.99.99-000- Demais Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 10- Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- 10.01- Administração S.M.A.H.R.
- 185410009.2.031000- Manutenção do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- 3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 3.3.90.39.99.99-000- Demais Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

### **6. CLAUSULA SEXTA – DO GESTOR DO CONTRATO:**

6.1. 6.1. Fica designado para atuar como Gestora do Contrato a Secretária de Administração, Senhora LUCIA JACINTA PREUS TONIAL, a qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto aqui licitado;

### **7. CLAUSULA SETIMA – DO FISCAL DO CONTRATO:**

7.1. A fiscalização do contrato ficará a cargo do(a) servidor (a) Ana Paula Zeferino, a quem compete todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipulada no Contrato.

### **8. CLAUSULA OITAVA – DO REAJUSTE:**



8.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

8.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Os valores contratados serão reajustados com base na variação do IPC-fipe, calculado e divulgado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas - USP, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \frac{(I - I_0).p}{I_0}$$

R: = Reajuste

I = Nº índice da data do reajuste

I<sub>0</sub> = Nº índice da data limite da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste

P = Preço a ser reajustado.

8.4. A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pró-data, mas sim o mês cheio.

8.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

## 9. CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO:

9.1. O prazo de contratação será de 12 (doze) meses com início em XX/XX/2023 e seu término em XX/XX/XXXX, podendo o mesmo ser dilatado, em conformidade com o que estabelece artigo 57, inciso I, da lei 8.666/93, mediante termo aditivo.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA:

10.1. O prazo de vigência será de 13 (treze) meses, contados a partir de \_\_/\_\_/20xx e findará em \_\_/\_\_/20xx.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE:

11.1. A CONTRATADA assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao CONTRATANTE ou a terceiros na execução deste contrato.

11.2. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente a CONTRATADA.

11.3. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.4. A CONTRATADA manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidos na licitação.





### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- 12.1. Efetuar a prestação dos serviços em perfeitas condições, no prazo indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do objeto, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações do prazo de garantia;
- 12.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 12.3. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos o produto/serviços com avarias ou defeitos;
- 12.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto contratado;
- 12.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a data da prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 12.6. Não transferir a terceiros, nem subcontratar o objeto;
- 12.7. Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação;
- 12.8. Havendo sinistro que obrigue a realização de serviços, estes deverão ser executados, obrigatoriamente em concessionária autorizada ou empresa credenciada indicada pela Seguradora, desde que tenha a aprovação e autorização do Contratante, observando que a reposição de peças será procedida utilizando peças originais;
- 12.9. Estando o veículo dentro do prazo da garantia de fábrica, deverão as peças e os serviços serem realizados na oficina do concessionário da marca do veículo, ou de oficinas por este expressamente autorizadas, de modo a manter a garantia de fábrica.
- 12.10. No caso de reboque, realizá-lo assumindo a responsabilidade do veículo durante o embarque, o transporte e o desembarque até a sede do tribunal ou à oficina contratada-indicada pelo Município.
- 12.11. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Contratante, quanto à execução dos serviços contratados.
- 12.12. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços contratados.
- 12.13. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 12.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação (gerais e particulares) do seguro de acordo com as disposições legais e normas da Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda — SUSEP.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**



# MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

## PORTAL DO SUDOESTE

Praça Getúlio Vargas, nº. 71, Centro, Clevelândia-Paraná  
Cx. Postal nº. 61, CEP, 85.530-000 - Fone/Fax: (046) 3252-8000

- 13.1. Receber provisoriamente os serviços, disponibilizando local, data e horário;
- 13.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e nota de empenho, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 13.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado, promovendo, através do fiscal do contrato, o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as faltas detectadas e comunicando à empresa as ocorrências de qualquer fato que, a seu critério, exijam medidas por parte daquela;
- 13.4. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, que estejam em desacordo com o Termo de Referência e com o Contrato, bem como, zelar pela cronologia dos termos aditivos e seus apostilamentos, a fim de não permitir a ruptura do contrato e nem a extrapolção do termo final do limite de 60 (sessenta) meses permitidos pela legislação.
- 13.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto.
- 13.6. Notificar o fornecedor registrado sobre eventuais atrasos na prestação dos serviços e/ou descumprimento de cláusulas previstas neste Termo de Referência, no Edital ou no contrato;
- 13.7. Recusar os serviços que, recebidos provisoriamente, apresentarem discrepâncias em relação às especificações contidas neste Termo de Referência, no Edital ou no contrato após a entrega/instalação;
- 13.8. Aplicar ao fornecedor registrado as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
- 13.9. Comunicar à Contratada a ocorrência de quaisquer sinistros, durante a vigência do Contrato a ser firmado;
- 13.10. Efetuar o pagamento do valor constante na nota fiscal/fatura/boleto bancário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data final do período de adimplemento da parcela;
- 13.11. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes aos veículos, quando solicitados pela licitante vencedor;
- 13.12. Dar imediato aviso às autoridades policiais em caso de roubo ou furto, parcial ou total, do veículo segurado;
- 13.13. Aguardar a autorização da Seguradora para iniciar a reparação de quaisquer danos;
- 13.14. Entregar à Seguradora, no prazo máximo de 5 (cinco) dias da data de seu recebimento, qualquer carta ou documento que receber e que se relacione com danos causados a terceiros pelo veículo segurado;
- 13.15. Zelar pela não-agravação dos prejuízos e dar guarda aos salvados (o que restou do veículo sinistrado ou a peça substituída) e demais bens remanescentes;
- 13.16. Comunicar à Contratada a ocorrência de quaisquer sinistros, durante a vigência do Contrato a ser firmado;

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES:**

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:



- Não assinar o contrato;
- Não entregar a documentação exigida no edital;
- Apresentar documentação falsa;
- Causar o atraso na execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Falhar na execução do contrato
- Fraudar a execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Declarar informações falsas; e
- Cometer fraude fiscal.

14.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

14.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 14.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 14.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 14.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos;
- 14.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 14.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos causados;
- 14.3.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.4. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

14.5. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.6. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419



do Código Civil.

14.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

14.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

15.1. O presente instrumento contratual será regido pelas disposições expressas na Lei nº. 10.520/02 e, subsidiariamente, pela Lei nº. 8.666/93, pelos Princípios de Direito Público, aplicando-se lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de direito privado.

15.2. Os casos omissos neste instrumento contratual serão resolvidos aplicando-se os preceitos legais referidos no “caput” desta Cláusula, na doutrina e jurisprudência aplicáveis à espécie.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO ADICIONAL:**

16.1. No caso de urgência e mediante justificativa, o CONTRATANTE poderá contratar serviços adicionais, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial deste instrumento contratual, conforme determina o parágrafo 1º do artigo 65 da lei 8.666/93, de 21/06/93, mediante a lavratura do respectivo termo aditivo.

### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS COBERTURAS:**

17.1. Veículos com cobertura total/ compreensiva:

17.1.1. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento dos passageiros e transporte do veículo até a oficina referenciada, localizada em Clevelândia ou Pato Branco, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro discriminados abaixo:

17.1.1.1. Roubo ou furto total, bem como os danos causados pela tentativa de roubo ou furto, incluindo os vidros, para-brisa, faróis, lanternas e retrovisores;

17.1.1.2. Colisão, choque, abalroamento, capotamento ou derrapagem;

17.1.1.3. Raios e suas consequências;

17.1.1.4. Incêndio e explosão, ainda que resultante de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

17.1.1.5. Queda em precipício ou de ponte e queda de agentes externos sobre veículos;

17.1.1.6. Acidente durante o transporte de veículo por meio apropriado;

17.1.1.7. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros;

17.1.1.8. Responsabilidade Civil (RCF - danos materiais e pessoais e morais);

17.1.1.9. APP (Acidente por Passageiro);

17.1.1.10. Submersão total ou parcial em água doce ou marítima proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardados em subsolos;



- 17.1.1.11. Em casos de que trata o item acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia, sua utilização não implica em perda de bônus para o segurado.
- 17.1.1.12. Granizo, furacão e terremotos.
- 17.1.1.13. Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica.
- 17.1.1.14. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:
- 17.1.1.14.1. Chaveiro;
- 17.1.1.14.2. Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina referenciada;
- 17.1.1.14.3. transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.
- 17.1.2. Os limites de indenização por cobertura:
- 17.1.3. IS (Importância Segurada pelo Veículo, referente a 100% da tabela FIPE para cada veículo);
- 17.1.4. DM - Danos Materiais - Valor mínimo: R\$ 300.000,00;
- 17.1.5. DP - Danos Pessoais - Valor mínimo: R\$ 300.000,00;
- 17.1.6. DMO – Danos Morais – Valor mínimo: R\$ 50.000,00;
- 17.1.7. APP - Acidentes Pessoais por Passageiros – R\$ 80.000,00;
- 17.1.8. Assistência 24h completa – rede referenciada – sem limite de quilometragem.
- 17.1.9. Cobertura básica de vidros, retrovisores, lanternas e faróis, em rede referenciada - vidros originais do fabricante do veículo;
- 17.2. Da franquia:
- 17.2.1. O pagamento da franquia considerará os itens a seguir:
- 17.2.1.1. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).
- 17.2.1.2. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não deverá exceder o limite máximo de R\$ 200,00 (Duzentos reais), à exceção de faróis LED e XENON cujos limites máximos aceitáveis serão de R\$ 900,00 (Novecentos reais) e R\$ 1.300,00 (Mil e trezentos reais), respectivamente, não sendo cumulativas com a franquia de que trata o item anterior 5.1.3 - II.
- 17.2.1.2.1. A franquia de que trata este item será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.
- 17.2.1.3. Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Município, à CONTRATADA.
- 17.2.1.4. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.
- 17.2.1.5. O valor da franquia de cada veículo deverá ser expresso em moeda corrente nacional na PROPOSTA FINAL da CONTRATADA.
- 17.2.1.6. Nenhum veículo da frota possui Kit Gás.
- 17.3. Assistência 24 horas.





17.3.1. A seguradora deverá fornecer assistência 24 (vinte quatro) horas por dia e sete dias por semana em caso de pane ou colisão do veículo, devendo abranger socorro mecânico, chaveiro, táxi, guincho livre e transporte dos passageiros, com cobertura em todo o território nacional e **sem limite de quilometragem**.

#### 17.4. Do perfil dos motoristas

17.4.1. Os veículos são conduzidos por servidores autorizados.

17.4.2. As características individuais dos motoristas como tempo de habilitação e idade ou sexo, não devem ser consideradas como condição delimitadora para efeitos de fixação do seguro a ser contratada.

#### 17.5. Da guarda dos veículos.

17.5.1. Os Veículos são conduzidos por servidores habilitados e autorizados;

17.5.2. O local de pernoite dos veículos é preferencialmente no pátio da secretária, ou em estacionamento privativo e fechado.

17.5.3. Poderá em casos a serem autorizados pelo secretário da pasta o pernoite em local aberto, rua;

17.5.4. Não há previsão de quantidade de quilômetros a serem percorridos pelos veículos por dia ou mensal.

#### 17.6. Do valor do bem

17.6.1. Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base na tabela FIPE. Os valores serão atualizados conforme novas publicações da tabela FIPE.

17.6.2. Em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site [www.molicar.com.br](http://www.molicar.com.br), com o mesmo percentual, vedada a utilização doutra tabela.

17.6.3. Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar da data de seu recebimento pelo Município, independentemente da quilometragem rodada no período.

17.6.4. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

### 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS BÔNUS:

18.1. Por ser seguro novo, os veículos não possuem bônus.

### 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA VISTORIA:

#### 19.1. Da vistoria para licitar:

19.1.1. A vistoria dos veículos relacionados é FACULTATIVA.

19.1.2. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nos veículos mediante agendamento prévio junto a Secretária Municipal de Administração e Finanças, através do telefone (46)3252-8016, onde um servidor designado irá acompanhá-lo, de segunda à sexta-feira.

19.1.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.



- 19.1.4. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 19.1.5. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 19.1.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 19.2. Da vistoria de contratação
- 19.2.1. Em havendo vistoria, o laudo deverá ser emitido em 2 (duas) vias uma das quais será entregue ao servidor fiscal do contrato juntamente com o documento para pagamento do prêmio no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da Nota de Empenho.
- 19.2.2. Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, isto não será impeditivo para contratação, sendo, porém, estas avarias excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.
- 19.2.3. Após procedimento de recuperação pelo Município, durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria'.
- 19.2.4. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.
- 19.2.5. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.
- 19.2.6. A vistoria prevista acima, em hipótese nenhuma, poderá servir de pretexto para a majoração de preços apresentados na licitação, sendo aceito apenas a recusa motivada do veículo em função do estado de conservação.
- 19.2.7. Entregue o laudo da vistoria e o documento de pagamento do prêmio, o seguro, para todos os efeitos, já estará em vigência.
- 19.2.8. Caso a seguradora não tenha interesse de realizar vistoria deverá comunicar por escrito tal fato a contratante e encaminhar o documento para pagamento do prêmio no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da Nota de Empenho.
- 19.2.9. O encaminhamento do documento para pagamento do prêmio de seguro configurará o desinteresse da seguradora em realizar a vistoria, independente de comunicação nesse sentido.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA APÓLICE:**

- 20.1. O prazo de vigência da presente licitação é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da assinatura do contrato, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, conforme art. 57, inciso II da lei Federal 8.666/93.
- 20.2. O seguro será considerado vigente, a iniciar no momento da assinatura do contrato ou homologação, independente de eventual atraso na vistoria (caso houver necessidade), emissão e/ou entrega das apólices.



- 20.3. A apólice deverá ser disponibilizada para a CONTRATANTE, em meios eletrônicos no endereço eletrônico [licitacao@clevelandia.pr.gov.br](mailto:licitacao@clevelandia.pr.gov.br) e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do contrato ou homologação do contrato.
- 20.4. Após a disponibilização da referida apólice, a CONTRATANTE terá o prazo de até 30 (trinta) dias para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade. Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a CONTRATADA disporá de até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do pedido expresso pela respectiva unidade fiscalizadora do contrato.
- 20.5. A inclusão e/ou correções de que trata o item anterior poderá também, a qualquer tempo, ser realizada pelo Departamento de Patrimônio do Município.
- 20.6. A emissão deverá resultar em uma única apólice, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para a CONTRATANTE.
- 20.7. Deverá constar na apólice:
- 20.7.1. Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações;
  - 20.7.2. Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação;
  - 20.7.3. Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado, caso seja;
  - 20.7.4. Prêmios discriminados por cobertura;
  - 20.7.5. Limites de indenização por cobertura, conforme valores constantes da tabela do ANEXO I,
  - 20.7.6. Bônus, quando houver, observando os valores do ANEXO I.
  - 20.7.7. Franquia aplicável, observando os valores do ANEXO I.
  - 20.7.8. O fato de a seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO SINISTRO:**

- 21.1. Dos Riscos Cobertos: “SEGURO TOTAL”. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:
- 21.1.1. Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.
  - 21.1.2. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abaloamento e capotamento.
  - 21.1.3. Raios e suas consequências.
  - 21.1.4. Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.
  - 21.1.5. Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.
  - 21.1.6. Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.



- 21.1.7. Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo. a) Em casos de que trata o item acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia, sua utilização não implica em perda de bônus para o segurado.
- 21.1.8. Granizo.
- 21.1.9. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.
- 21.1.10. Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores.
- 21.1.11. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais).
- 21.1.12. Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica.
- 21.1.13. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:
- 21.1.13.1. Chaveiro;
- 21.1.13.2. Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pelo contratante;
- 21.1.13.3. transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.
- 21.1.13.4. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.
- 21.1.13.5. A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.
- 21.2. Em caso de sinistro a CONTRATANTE providenciará os documentos necessários para apresentação à seguradora, tais como: Boletim de Ocorrência - BO ou Boletim de Registro de Acidente de Trânsito - BRAT, Aviso de Sinistro, etc., comunicando a ocorrência à seguradora, bem como colocará à disposição da seguradora o bem sinistrado para a realização de vistoria e/ou perícia.
- 21.3. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério do Município;
- 21.4. No caso de reparo de danos, por se tratar de obrigação contratual, a CONTRATANTE fará o pagamento da franquia à seguradora.
- 21.5. Para o pagamento da franquia, a seguradora deverá encaminhar ao CONTRATANTE documento para pagamento da mesma, observando possíveis retenções previstas na Instrução Normativa nº 1234/SRF e alterações posteriores.
- 21.6. A seguradora deve providenciar para que a franquia seja cobrada do CONTRATANTE, não sendo admitida qualquer cobrança por parte da oficina que efetuou o reparo.
- 21.7. Tratando-se de roubo ou furto total do veículo segurado, decorridos 30 (trinta) dias do aviso às autoridades policiais e não tendo sido o mesmo apreendido nem localizado oficialmente, mediante comprovação hábil, a Seguradora deverá indenizar o segurado pelo valor de mercado constante na tabela FIPE.
- 21.8. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará a cargo da CONTRATADA.
- 21.9. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30



(trinta) dias do aviso de sinistro.

21.10. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 3 (três) horas, após o aviso de sinistro.

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA INDENIZAÇÃO:**

22.1. Da indenização parcial:

22.1.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.

22.1.2. Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.

22.1.3. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pelo Município e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

22.1.4. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.

22.2. Da Indenização Integral

22.2.1. Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 100% do valor referenciado.

22.2.2. Em caso de indenização integral a seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

22.2.3. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.

## **23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO ENDOSSO:**

23.1. Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pelo Município e processadas pela seguradora, mediante endosso. Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso pela respectiva unidade fiscalizadora do contrato. O pedido de endosso referente às secretarias municipais, em qualquer tempo, poderá também ser realizado pelo Departamento de Patrimônio do Município.

23.2. Endosso de inclusão:

23.2.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total e franquia referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.





# MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

## PORTAL DO SUDOESTE

Praça Getúlio Vargas, n°. 71, Centro, Clevelândia-Paraná  
Cx. Postal n°. 61, CEP, 85.530-000 - Fone/Fax: (046) 3252-8000

23.2.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

23.2.3. A devolução deverá ser realizada mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade deste Município, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, à Secretaria Municipal de Administração.

### 23.3. Endosso de exclusão

23.3.1. Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a aplicação da fórmula:

**$X \div 12 = Y$  e  $Y \times Z = VT$  onde:**

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

23.3.2. O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo Município. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

23.3.3. A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento por depósito em conta bancária, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, ao Município.

## 24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DOS SALVADOS:

24.1. Uma vez sendo pago a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

24.2. É de inteira responsabilidade da seguradora contratada providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da CONTRATADA junto aos órgãos pertinentes.

## 25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DAS VEDAÇÕES:

25.1. É vedado à CONTRATADA:

25.1.1. Interromper a execução do contrato sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

25.1.2. Caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira.

25.1.3. Transferir a terceiros ou subcontratar o objeto.

## 26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA RESCISÃO:

26.1. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial, nas seguintes hipóteses:

26.1.1. Infringência de qualquer obrigação aqui ajustada, conforme estabelece o artigo 77 da Lei n°. 8.666/93; ou,



# MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

## PORTAL DO SUDOESTE

Praça Getúlio Vargas, n°. 71, Centro, Clevelândia-Paraná  
Cx. Postal n°. 61, CEP, 85.530-000 - Fone/Fax: (046) 3252-8000

26.1.2. Pela materialização de qualquer das causas mencionadas no art. 78 do mesmo diploma.

### 27. CLÁUSULA VISÉSIMA SÉTIMA – DO FORO:

27.1. As partes elegem o foro da Comarca da Cidade de Clevelândia/PR, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato.

### 28. CLÁUSULA VISÉSIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

28.1. Declaram as partes que este instrumento contratual corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em duas vias em originais de igual teor e forma, que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes, na presença das testemunhas abaixo, para que surta os efeitos legais.

Clevelândia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

**RAFAELA MARTINS LOSI**  
**PREFEITA MUNICIPAL**  
**CONTRATANTE**

**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA VENCEDORA**  
**RESPONSÁVEL LEGAL**  
**CONTRATADA**

### TESTEMUNHAS:

**NOME:** NOME DA TESTEMUNHA  
**RG n°.** \_\_\_\_-\_\_-SSP/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**NOME:** NOME DA TESTEMUNHA  
**RG n°.** \_\_\_\_-\_\_-SSP/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura



# MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

PORTAL DO SUDOESTE

Praça Getúlio Vargas, nº. 71, Centro, Clevelândia-Paraná  
Cx. Postal nº. 61, CEP, 85.530-000 - Fone/Fax: (046) 3252-8000

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. \_\_\_\_/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. \_\_\_\_/2023 – PROCESSO Nº. \_\_\_\_/2023**

**PARTES:** Município de Clevelândia e \_\_\_\_\_.

**OBJETO:** Contratação de empresa de prestação de serviços de seguro veicular para atender a frota municipal do município de Clevelândia Paraná, pelo período de 12 meses.

**VALOR TOTAL:** R\$. \_\_\_\_\_ (xxxxxxxxxxxx).

**CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** O pagamento ocorrerá no dia 14 (quatorze) do mês subsequente a efetiva aquisição dos itens.

**DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO:** O prazo da contratação será de 12 (doze) meses a contar a partir de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e findando em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência será de 13 (treze) meses, contados a partir de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e findando em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**FORO:** Clevelândia – PR

**DATA DE ASSINATURA:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/2023.

Clevelândia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

**RAFAELA MARTINS LOSI**  
**Prefeita Municipal**